

Sociedade Auxiliadora Portuguesa: práticas de sociabilidade e de seguridade de trabalhadores lusitanos na cidade de Juiz de Fora (MG), 1891-1950

Antonio Gasparetto Júnior

Resumo: O mutualismo foi um fenômeno muito marcante entre trabalhadores, nacionais e imigrantes, no final do século XIX e início do século XX. Diversas associações desse caráter surgiram em todo o território brasileiro com o intuito de promover seguridade aos associados. No caso das organizações fundadas por imigrantes, há o acréscimo de um importante elemento que é o reforço da identidade. As mutuais que se reuniam sob os traços culturais de uma etnia ou de uma nacionalidade apresentavam um perfil dual, eram provedoras de ambientes de sociabilidade, que reforçavam os laços indenitários, e de seguridade social, uma vez que ainda não existiam leis sociais que oferecessem proteção aos trabalhadores. O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise, desenvolvida como parte de um projeto de pesquisa em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, das atividades da maior e mais importante associação mutualista portuguesa existente em Juiz de Fora (MG) na virada do século XIX para o XX, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa. Acreditamos que associações desse tipo desenvolveram importante papel na organização da Sociedade Civil e prestaram grande contribuição para a ampliação da cidadania, que seria constituída de Direito Civil, Direito Político e Direito Social, tal como a define o sociólogo alemão T.H. Marshall. Observando pelo viés do Direito Social, a mutual concedia a seus associados seguridade, educação e cultura. Seguimos, então, uma linha de abordagem sobre esse tipo de prática dos trabalhadores na nascente República brasileira que considera suas iniciativas em associações mutualistas como de grande valia para o fortalecimento de uma cultura associativa, fundamental para a organização da Sociedade Civil e estruturação da Esfera Pública. Para constatar as atividades da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, fizemos uso de fontes geradas pela própria associação – como atas de assembleias, relatórios de gestão, fichas de associados, estatutos, fotografias e notas fiscais –, além de documentos que demonstram a relação da mutual com instituições e a comunidade juiz-forana – como correspondências enviadas à Câmara dos Vereadores e notas de jornal. Os resultados aqui apresentados são parciais, mas já são capazes de demonstrar a importância de tal associação para o amparo e o reforço da identidade lusitana de imigrantes portugueses residentes na maior cidade da Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora. Sendo importante ainda destacar, à guisa de conclusão, que as atividades da Sociedade Auxiliadora Portuguesa não assumiram caráter de resistência, como sindicatos, por mais que reunisse trabalhadores urbanos e interessados em proteção.

Palavras-chave: Mutualismo Imigrante; Portugueses; Juiz de Fora; Minas Gerais.

O Fenômeno Mutualista

Foi somente na década de 1990 que o estudo do mutualismo assumiu notoriedade na historiografia brasileira. Enquanto em outros países as associações beneficentes já eram estudadas, no Brasil eram tratadas somente *au passant*. Antes de uma descrição específica das práticas do fenômeno mutualistas, é importante uma diferenciação do mutualismo em relação a outras formas de organização de trabalhadores ou baseadas em solidariedade.

Identificamos as associações de caráter mutualista como aquelas originadas com o propósito de socorrer seus associados em momentos de necessidade, estabelecendo laços de solidariedade horizontais (VISCARDI, 2003: p. 100). Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna provocada pela ausência de seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. Mas existiam outras formas de organização de trabalhadores além das mutuais. A forma mais próxima, baseada em solidariedade, são as associações filantrópicas. Estas procuravam oferecer socorro aos necessitados que não faziam parte do seu quadro de associados. Não se exigia contrapartida financeira daqueles que eram amparados, pois era um tipo de auxílio com lógica vertical.

Mesmo que houvesse associações mutualistas caracterizadas por reunir trabalhadores de um mesmo ofício, não funcionavam de forma equivalente às corporações de ofício. Estas não englobavam todas as práticas efetuadas pelas mutuais, estavam mais ligadas ao conhecimento e a prática de um ofício.

Outra distinção que se deve fazer é em relação às seguradoras, as quais eram companhias privadas que vendiam seus serviços de proteção e socorro. Embora as atividades prestadas fossem muito parecidas com as das mutuais, era a lógica do lucro que predominava (VISCARDI & JESUS, 2007).

Mas, sem dúvida, a principal confusão retratada na historiografia do fenômeno mutualista ocorre entre mutuais e sindicatos. Por isso é preciso ter muito cuidado ao se apresentar a aproximação entre as duas formas de organização. O mutualismo não deu origem e tampouco se confunde com o sindicalismo, pois as mutuais não eram exclusivamente operárias. Suas organizações poderiam ocorrer em torno de etnias, religiões, bairro, questões políticas ou patronais, como aponta Tânia Regina de Luca (LUCA, 1990: p. 10).

As mutuais e os sindicatos em mesmos lugares e mesmas épocas, eram contemporâneos e não excludentes. Suas fronteiras, por vezes, eram difíceis de serem percebidas, mas o desdobramento de mutuais em sindicatos ocorreu em raras ocasiões. Há sim elementos de continuidade das associações mutualistas nos sindicatos, Cláudio Batalha relata que algumas mutuais defendiam ainda no século XIX melhores condições de trabalho e melhores salários, o que fazia parte fundamentalmente dos sindicatos no século XX (1999: p. 47-50). Por outro lado, Alexandre Fortes demonstra que o mutualismo existiu também dentro dos próprios sindicatos (1999), o que demonstra a existência de uma fronteira entre as formas de associação.

O mutualismo esteve presente em várias partes do mundo, obedecendo às lógicas estruturais e conjunturais de seu ambiente. As associações beneficentes surgiram no Brasil no século XIX, já na década de 1830 há registros da presença de sociedades de socorros mútuos. Mas seu verdadeiro crescimento se deu na década de 1890, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O estado de Minas Gerais viu proliferar o movimento mutualista apenas na década de 1910, embora houvesse tais organizações desde a década de 1870 (VISCARDI, 2006: p. 311).

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus identificam um aumento de mais de 1000% no número de mutuais em diversos estados brasileiros no período que vai de 1882 até 1942. É interessante notar que, além dos dados já apresentados para Rio de Janeiro,

São Paulo e Minas Gerais, na maioria dos estados brasileiros a concentração mais elevada de associações mutualistas aconteceu ao longo das décadas de 1920 e 1930. A precocidade na proliferação e concentração de associações nos três primeiros estados é justificada por serem os estados mais populosos e mais urbanizados do Brasil à época (2007: p. 36).

Ronaldo Pereira de Jesus afirma que Rio de Janeiro e São Paulo foram os pólos mais importantes do fenômeno mutualista no final do século XIX e início do XX, sendo que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu nas condições “sub-humanas” que o desenvolvimento do capitalismo impunha. Já no Rio de Janeiro, o fenômeno nasceu em meio a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação utilizados pela classe senhorial escravista (2007). Em outro artigo, o historiador afirma que a década de 1880 determinou a separação entre antigas formas de organização ligadas à realidade econômica e sócio-política e as manifestações mais contemporâneas do movimento operário (2006: p. 295), haja vista o novo espaço oferecido para o desenvolvimento do capitalismo com o fim do trabalho escravo.

Na passagem do século XIX para o XX, mutuais e sindicatos atuavam em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, como já dito, com práticas diferenciadas. O mutualismo é tão importante para a história do movimento operário como sindicatos ou partidos políticos, mas, além disso, tem também sua grande parcela de contribuição para a historiografia do sistema previdenciário.

A década de 1910 marcou a grande proliferação de associações mutualistas em Minas Gerais. Entre as cidades mineiras, Juiz de Fora contava com muitas organizações mutuais baseadas nas mais diversas orientações. A cidade era ainda uma das mais industrializadas, ricas e urbanizadas no período, tanto que, por esse motivo e pela presença notória de mutuais, Juiz de Fora sediou em 1914 o Congresso Brasileiro de Mutualismo (SOARES, 1975: p. 113-114).

O efetivo esvaziamento das mutuais só se mostra presente no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. O motivo do retrocesso das associações mutualistas é justificado pela introdução de políticas públicas de proteção social por parte do Estado. No Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que eram os estados com maiores valores absolutos em número de mutuais, o percentual de suas associações começaria a cair drasticamente. As políticas públicas esvaziaram as sociedades, transformando-as, em alguns casos, em ambientes de lazer e sociabilidade apenas.

Entendemos as mutuais como elemento que presta auxílio no processo de expansão da cidadania. Cidadania esta que concede o direito de participação e o direito à vida e que é construída pela ação de uma coletividade. A extensão dessa cidadania às classes inferiores garante um mínimo de bem-estar. Para isso, seguimos os pressupostos do sociólogo T. H. Marshall que define cidadania como a conquista de direitos civis, políticos e sociais (1967).

Mutualismo de imigrantes

No final do século XIX e início do século XX, o imigrante assumiu uma imagem de bom trabalhador que faria o importante papel na sociedade de ser o elemento que garantiria a ordem e ajudaria a construir o progresso do Brasil. Na visão das classes dominantes, por aí passava a questão da cidadania. Mas essa era a cidadania da elite, o imigrante faria seu papel para ajudar a construí-la, porém como o trabalhador estrangeiro teria acesso a condições mínimas de vida se não desfrutava dessa suposta cidadania que ajudava a construir?

É por isso que em alguns casos de associativismo a união entre indivíduos de uma mesma origem étnica ganha destaque. Formam-se representações sociais de grupos específicos não por ofício, mas por naturalidade. Essas representações mantêm seus laços com suas tradições históricas e culturais, reforçando identidades e oferecendo recursos de seguridade.

As associações de imigrantes não eram restritas a ofícios determinados, mas destinadas a pessoas que comungassem de uma mesma origem nacional. A proliferação desse tipo de mutual aconteceu na capital brasileira à época, Rio de Janeiro, na região de maior concentração de imigrantes no Brasil, São Paulo, assim como em qualquer outra área onde houve a presença de imigrantes. Juiz de Fora que teve uma história muito íntima com os imigrantes desde seu início e, especialmente, por se constituir na cidade mais urbanizada da região da Zona da Mata, teve várias delas.

Abordar associações de imigrantes passa, inicialmente, pela questão do reforço da identidade. As mutuais eram os mecanismos pelo qual se procurava manter viva a memória de um grupo, com a marcante presença de práticas que recordavam a terra deixada para trás. Mas o mutualismo étnico também teve sua importante função em oferecer alguma seguridade social. Segundo Tânia Regina de Luca, as associações de imigrantes também “tentavam minorar as consequências da super-exploração da força de trabalho prestando aos seus membros os tradicionais serviços de caráter previdenciário comum a todas as sociedades de autoajuda” (1990: p. 389).

As mutuais de imigrantes criavam espaços de lazer e solidariedade em ambientes de adversidade, já que, segundo Cláudia Viscardi, as relações entre marginalidade e imigração eram muito próximas (2003: p. 109-110). Suas formas de organização eram capazes de manter contato com o país de origem e promover festividades diferenciadas das demais. Eram, inclusive, as mais duradouras das associações e, em alguns casos, as mais antigas.

O crescimento do sentimento nacionalista brasileiro colocou os estrangeiros em descrédito, mudando a imagem de indivíduos tão esperados para auxiliar na modernização do país que houvera no final do século XIX e início do XX. A entrada de estrangeiros no Brasil e sua atuação no mercado de trabalho sofreram severas restrições. As associações mutualistas de imigrantes passaram a sofrer um acentuado esvaziamento a partir da década de 1930 com a progressiva publicação de leis sociais no Brasil, mas também perderam associados quando Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 383, em 1938, proibindo que brasileiros natos ou mesmo filhos de estrangeiros nascidos no Brasil fizessem parte de clubes e sociedades fundadas por imigrantes (LUCA, 1990: p. 150). Este foi um grande golpe para o refluxo na fundação de associações de imigrantes.

Sociedade Auxiliadora Portuguesa

A *Sociedade Auxiliadora Portuguesa* foi fundada no dia primeiro de dezembro de 1891, por iniciativa de Joaquim Dias da Silva, Antônio Gomes Schmith, Daniel Pinto Corrêa, José Joaquim Pinheiro Machado, Joaquim Gonçalves Coelho e Joaquim Pinto Corrêa. Tornou-se a principal entidade de organização dos portugueses em Juiz de Fora e foi agraciada com o título de *Real* pelo próprio rei português Dom Carlos I, em 1898.

A sociedade portuguesa tinha como objetivo prestar auxílio a seus associados em caso de doenças e, em caso de falecimento, arcar com os custos do funeral. Além disso, oferecia aulas noturnas para os sócios e seus filhos com menos de 18 anos, tornava disponível uma biblioteca erguida através de obras doadas e também custeava a passagem de retorno a Portugal a todos os portugueses que necessitassem tratar graves doenças fora do Brasil, atendendo associados ou não.

Promovendo caridade, assistência social e educação dos portugueses imigrantes em Juiz de Fora, a mutual constituía-se em um espaço que tornava os portugueses mais unidos, reforçando as raízes e mantendo vivas as práticas culturais de uma nacionalidade.

A administração da Sociedade Auxiliadora Portuguesa era feita por uma diretoria composta de nove membros, que tinha a incumbência de responder por todas as tarefas previstas no estatuto. As deliberações eram dadas através de Assembleias Gerais, que era o

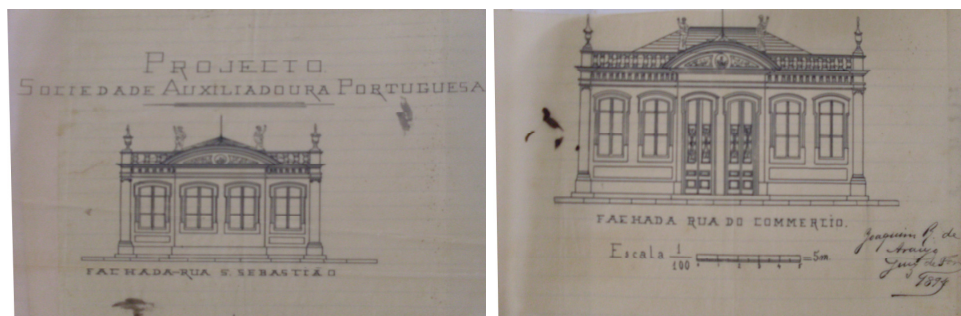
órgão máximo para definições dentro da associação. As assembleias dividiam-se em ordinárias e extraordinárias, sendo que a primeira ocorria com mais frequência e a segunda era especialmente convocada por determinação da diretoria ou através de requisição assinada por, no mínimo, vinte associados para tratar de assuntos bem específicos¹. As convocações para essas assembleias eram publicadas nos jornais de grande circulação na cidade.

Encerrado o restante do ano da fundação da associação, a sociedade voltou a se unir no dia primeiro de janeiro de 1892 em Assembleia Geral para apresentação do primeiro estatuto. Na ocasião, o nome da associação ainda não havia sido definido. Havia o intuito de chamá-la de Sociedade Portuguesa Latino Coelho, mas os associados julgaram que o nome do importante literário português era muito vinculado a posicionamentos políticos, o que poderia causar ressentimento entre os associados ou receio de outros portugueses em ingressar na associação. Por fim, definiu-se por Sociedade Auxiliadora Portuguesa (OLIVEIRA, 2006: p. 25). Tal evento demonstra o intuito desses trabalhadores imigrantes em não se associarem em organizações políticas ou expressivas de resistência.

As receitas da sociedade referiam-se ao que era arrecadado regularmente através das taxas pagas no momento do ingresso dos associados e das mensalidades que todos os sócios tinham o compromisso de pagar, além do que era proveniente de doações recebidas ou de atividades extras promovidas com fins de angariar benefícios para a mutual. Já as despesas da associação eram relacionadas com a compra de livros para enriquecimento da biblioteca, beneficência, manutenção das aulas noturnas, construção da sede e gastos com eventualidades.

A biblioteca era tida com muito apreço pelas diretorias da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. O esforço que se empregou para constituí-la foi muito intenso e teve início antes mesmo de haver uma sede própria. Motivo de orgulho para a associação, a diretoria relatava com grande satisfação o recebimento de obras literárias, folhetos, obras diversas, mesa, estante, quantias em dinheiro, lampião, tintureiro, carimbos, quadros com moldura, cadeiras, artifícios de decoração e materiais de construção. Essa diversidade de donativos demonstra um pouco do envolvimento da comunidade portuguesa com a constituição da biblioteca.

A construção da biblioteca fez até parecer secundário o interesse de possuir uma sede própria. As ações e doações para enriquecer a biblioteca foram bem mais presentes nos anos iniciais da sociedade. Somente no final de 1893 que as movimentações em prol da construção de um prédio que abrigasse a sociedade portuguesa tornaram-se mais claras. A diretoria aprovou a construção da nova sede, ciente de que os fundos da associação não eram fartos o bastante para custear todos os gastos. Por isso foi concedida a autorização na assembleia para se contrair empréstimo para os devidos fins, acreditando ainda em ações generosas de sócios e autoridades para auxiliar no projeto².



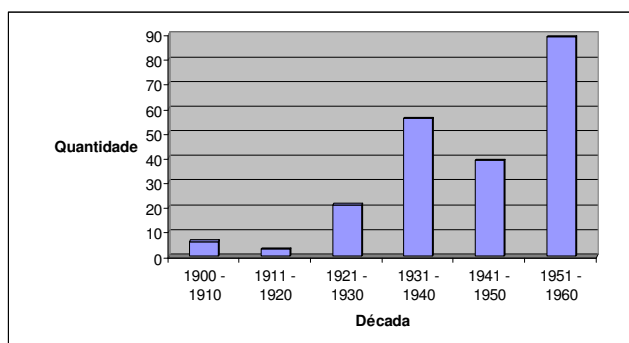
*Fachadas apresentadas no projeto de construção da sede. Fonte: Arquivo Público Municipal de Juiz de Fora.

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi bem correspondida pela comunidade lusitana de Juiz de Fora e, em dezembro de 1893, contava com recursos arrecadados para dar início às obras³. Em março do ano seguinte o projeto já estava definido e o procurador da associação Antonio de Freitas enviou correspondência ao Presidente da Câmara Municipal solicitando licença para alinhar o terreno que ficava na esquina da Rua do Comércio com a Rua São Sebastião, a fim de providenciar a construção do prédio⁴. Todavia o processo foi muito demorado e o início da construção só foi anunciado no dia primeiro de junho de 1895 (OLIVEIRA, 2006: p. 26), para finalmente o prédio ser inaugurado em sessão solene no dia primeiro de dezembro de 1895, data em que a associação alcançou a realização de um sonho e comemorou seu quarto aniversário (SOARES, 1975: p. 232). A nova sede passou a abrigar a já robusta biblioteca e as aulas oferecidas pela associação.

Para ser sócio da mutual era preciso estar em pleno gozo dos direitos civis, ter idade mínima de 12 anos e ter uma ocupação honesta. A associação era composta por número ilimitado de portugueses sem fazer distinção de sexo, mas não permitia o ingresso de indivíduos com invalidez crônica. Segundo Cláudia Viscardi, a associação contava com mais de 300 sócios no seu primeiro ano de atividades e passou dos 700 membros após 15 anos de funcionamento (2000: p. 36).

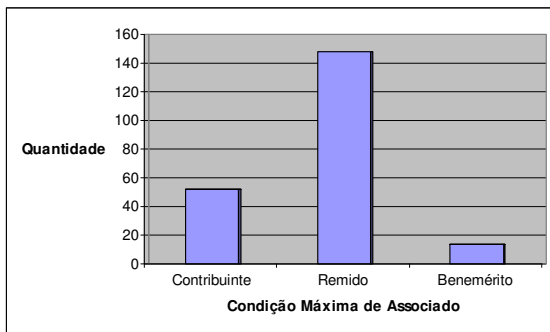
A sociedade fazia distinção dos associados em sete categorias: fundadores, contribuintes, remidos, beneméritos e protetores – todos incluídos na classe de ativos. Em categoria especial estavam os sócios benfeitores e honorários. Os primeiros eram representados pelas esposas, viúvas e filhos dos sócios ativos que pagassem uma taxa referente ao título no valor de 400\$000. Já para ser sócio honorário não havia distinção de nacionalidade, cabia a associação decidir pela concessão de tal título a indivíduos merecedores.

Entre as fontes que tivemos acesso, pudemos fazer observações que permitem ter uma referência das características dos associados ao longo da história da Sociedade Auxiliadora Portuguesa. O gráfico abaixo demonstra como estão divididas as fichas cadastrais de 214 associados em função da década de ingresso dos mesmos:



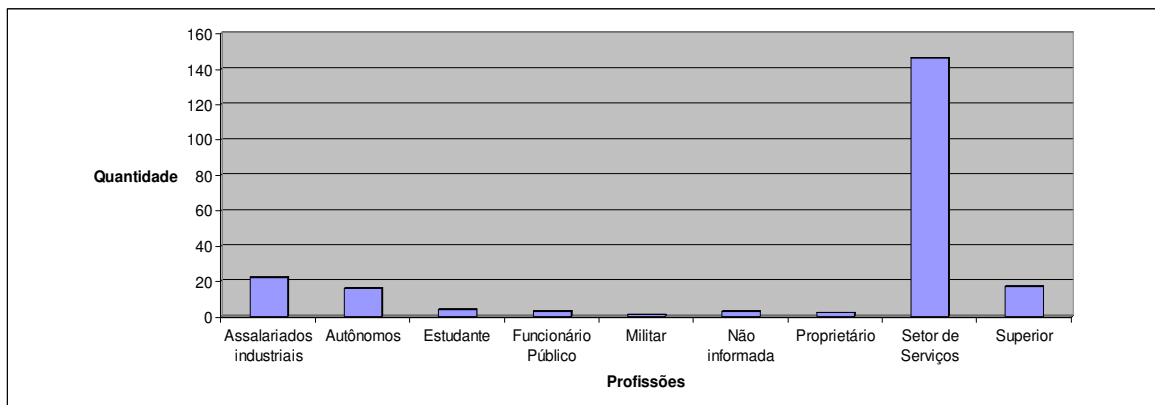
*Fonte: informações coletadas em livro de registro dos associados. (Arquivo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa)

Tendo por base esse panorama, verificamos que a grande maioria dos associados se enquadrava na classificação de sócios remidos:



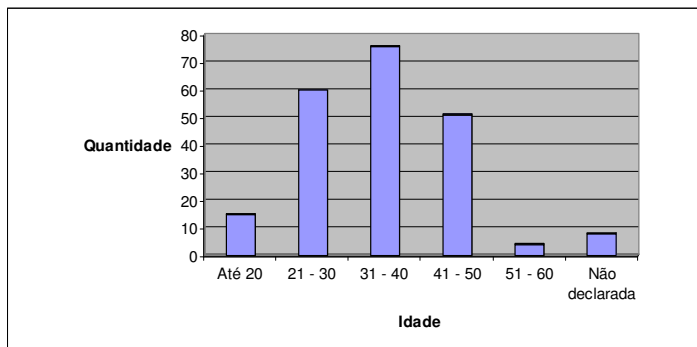
*Fonte: informações coletadas em livro de registro dos associados. (Arquivo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa)

A divisão que se apresenta na classificação dos associados muito se explica pelas altas taxas que deveriam ser pagas para pertencer a classificações mais nobres na sociedade. Em geral, os associados ingressavam na mutual em busca de auxílio, já que não dispunham de recursos financeiros suficientes para suas necessidades ou exerciam profissões que não lhes permitiam seguridade em caso de doenças ou acidentes. O próximo gráfico demonstra o enquadramento profissional desses associados:

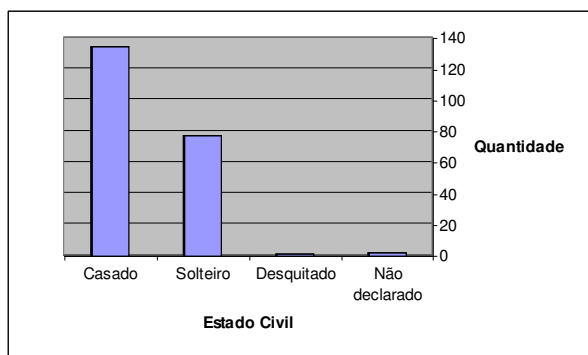


*Fonte: informações coletadas em livro de registro dos associados. (Arquivo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa)

Percebemos um grande número de profissionais tecnicamente qualificados para o desempenho de variadas funções, como pedreiro, pintores, eletricitas, alfaiates etc. São atividades que atendiam ao dinâmico polo urbano juiz-forano e lhes ofereciam recursos para manterem-se em dias com as mensalidades da associação. O gráfico acima indica como a maioria dos sócios desenvolvia atividades eminentemente urbanas, sendo que o destaque recaía sobre os comerciantes com 107 associados, seguidos bem de longe pelos industriais, que representavam 22 indivíduos. Esses indivíduos ainda apresentavam as seguintes características quanto à idade e ao estado civil:



*Fonte: informações coletadas em livro de registro dos associados. (Arquivo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa)



*Fonte: informações coletadas em livro de registro dos associados. (Arquivo da Sociedade Auxiliadora Portuguesa)

Fica evidente que há um predomínio de indivíduos jovens, até 40 anos, e que, na maioria, já constituíram família. O que denota mais uma vez a busca pela filiação em tal sociedade interessados, em primeiro lugar, reforçar a identidade portuguesa, e, sem segundo lugar, garantir algum grau de seguridade em caso de impedimentos do devido sustento familiar.

O dado de destaque refere-se à filiação de um brasileiro na Sociedade Auxiliadora Portuguesa enquanto o estatuto vigente permitia o ingresso apenas de portugueses. O comerciante brasileiro Antonio de Almeida Cardão foi admitido na associação como membro contribuinte no ano de 1900, ocasião em que tinha apenas 17 anos e era solteiro. Infelizmente, não conseguimos encontrar informações no livro de registros ou em outras fontes que explicassem o motivo pelo qual foi aberta exceção para o brasileiro em questão.

Todos os sócios ativos tinham o direito de votar e serem votados e de receber socorro em caso de comisseração, o que era extensivo às esposas, às viúvas e aos filhos menores de 18 anos. Na impossibilidade de trabalhar por doença de qualquer natureza ou em condições de necessidade, os associados recebiam uma pensão mensal. Contavam também com o tradicional auxílio funeral e com o custeio de passagens de volta a Portugal para tratamentos médicos. Em contrapartida, os associados tinham que cumprir com uma série de deveres. Exigia-se o pagamento de taxas de ingresso e de mensalidades, a assiduidade nas reuniões, trabalhar pelo enriquecimento da associação e obedecer às determinações do estatuto. Era recomendado que se evitasse discussões políticas, sob pena de julgamento bastante rigoroso⁵.

No tocante à sociabilidade, eram várias as práticas desenvolvidas pela sociedade. A associação mantinha contato com outras entidades portuguesas, instituições em geral, órgãos do governo e autoridades. Em diversas ocasiões, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviou

correspondências à Câmara Municipal de Juiz de Fora requerendo benefícios. O mais comum deles era o pedido de isenção de impostos por se tratar de uma associação beneficente.

Em várias ocasiões organizavam-se quermesses que, além de promover o encontro e o lazer de pessoas diferenciadas, tinham seus lucros revertidos em benefício da própria associação. Assim, a sociedade conseguia, por exemplo, arrecadar fundos para sustentar suas aulas e ampliar sua biblioteca⁶. Para o lazer de seus associados, a sociedade organizava, esporadicamente, eventos das mais variadas formas em comemoração a datas especiais para a colônia portuguesa. Comemorava-se a chegada de Vasco da Gama às Índias e o aniversário de Camões. Mas a maior das manifestações da identidade portuguesa em Juiz de Fora celebrava o aniversário da restauração da monarquia portuguesa, no dia primeiro de dezembro. Entretanto, a partir de 1910, a sociedade deixou de comemorar a restauração de Portugal em função da proclamação da República na terra natal. Naquele ano foi festejado apenas o aniversário da associação⁷ e nos anos seguintes passou a se comemorar a implantação do regime republicano em Portugal⁸.

Em contato também com outras entidades portuguesas, a mutual se comunicava até mesmo com o reino. Exemplo maior do relacionamento da sociedade com o rei português é o caso da concessão do título de Real, em 1898, que alterou o nome da associação para *Real Sociedade Auxiliadora Portuguesa*. O fato de Juiz de Fora contar com um Consulado Português tornava as comunicações mais próximas. A associação integrou ainda a Federação de Sociedades Portuguesas no Brasil, extrapolando os limites municipais dos laços de solidariedade (VISCARDI, 2000: p. 36-37).

Constantemente, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa recebia visitas de autoridades que prestigiavam suas atividades. Entre elas estavam: Presidentes da Câmara Municipal, juizes, comandante da Guarda Nacional, Cônsul Italiano, jornalistas, membros do consulado português, ministros portugueses, representantes de clubes, lojas maçônicas e estabelecimentos de ensino.

No que diz respeito ao relacionamento da Sociedade Auxiliadora Portuguesa com as instituições operárias de resistência, a associação lusitana passou a hospedar, em 1912, o Centro Beneficente das Classes Operárias (ANDRADE, 1987: p. 70), mantendo a independência das atividades.

Nota-se na presidência da associação portuguesa, assim como em outras mutuais, a repetição das mesmas pessoas assumindo a liderança das atividades. Isso ocorria pelo grande desinteresse dos sócios em arcar com a grande quantidade de afazeres com os quais o presidente tinha que se comprometer. O cargo esteve concentrado em administrações consecutivas ou intercaladas dos sócios Joaquim Dias da Silva, José Joaquim Pinheiro Machado, Francisco Antonio de Machado e Sebastião Manuel da Costa.

Conclusão

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa foi um importante espaço de sociabilidade e seguridade para os portugueses residentes em Juiz de Fora no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

Gerida por seus próprios associados, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa organizava os trabalhadores imigrantes em busca do reforço da identidade portuguesa e da seguridade de seus membros. Mas, mesmo tendo desenvolvido uma cultura associativa e influenciado na conquista de direitos, a associação manteve-se distinta dos movimentos de resistência.

Fontes Primárias

Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal – 04/03/1894.

Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892.

Jornal O Pharol (07/12/1893; 08/12/1893; 04/06/1896; 20/11/1910; 06/10/1911)

Referências

ANDRADE, S. M. B. V. de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BATALHA, C. H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas, v.6, n.10/11, 1999.

FORTES, A. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: *Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo*. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

JESUS, R. P. de. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: *Revista Locus*. Juiz de Fora: v. 13, n.1, 2007.

_____, R. P. de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

LUCA, T. R. de. *O Sonho do Futuro Assegurado*. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

OLIVEIRA, W. L. de. *“Por Mares Nunca d’Antes Navegados”*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

SOARES, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698-1969)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975.

VISCARDI, C. M. R. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____, C. M. R. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.

_____, C. M. R.. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: *Solidariedades e Conflitos: História de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. BORGES, C. M. (Org.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

VISCARDI, C. M. R. & JESUS, R. P. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil, Vol. 1. FERREIRA, J. (Organizador), 2007.

-
- ¹ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo VI, Artigo 23. (P. 10)
² O Pharol – 07/12/1893. (P. 2. Coluna 4. Seção: A Pedidos)
³ O Pharol – 08/12/1893. (P. 2. Coluna 4. Seção: A Pedidos)
⁴ Correspondência da Sociedade Auxiliadora Portuguesa enviada à Câmara Municipal – 04/03/1894.
⁵ Estatuto da Sociedade Auxiliadora Portuguesa, 1ª versão, 1892. Capítulo III. (P. 6-8)
⁶ O Pharol – 04/06/1896. (P. 1. Coluna 7)
⁷ O Pharol – 20/11/1910. (P. 2. Coluna 5. Seção: Livre)
⁸ O Pharol – 06/10/1911. (P. 1. Coluna 3. Seção: Notas e Novas)